



Proposituras de Interculturalidade na BNCC como procedimento para uma Educação Literária

Fernanda Rayana Barbosa Silva¹; Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega²

Resumo: A escolarização da relação entre texto literário e leitor constitui-se fundamento básico de uma educação literária, o que exige, efetivamente, a presença da leitura literária na Escola, de modo a despertar a sensibilidade do leitor, permitindo-lhe aproximar de situações que ele não conhece. A interculturalidade, por defender o respeito as semelhanças e diferenças, pode ser um caminho metodológico para tal vivência. O artigo tem como objeto de estudo as proposituras que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta para o campo artístico-literário com vistas a analisar aquelas que mais privilegiam um diálogo intercultural como forma de possibilitar a ampliação do repertório cultural e literário do educando em processo de formação e educação literária.

Palavras-Chave: Educação literária; BNCC; Formação leitora.

Propositions of Interculturality in the BNCC as a procedure for Literary Education

Abstract: The schooling of the relationship between literary text and reader constitutes the basic foundation of a literary education, which effectively requires the presence of literary reading in the School, in order to awaken the reader's sensitivity, allowing him to approach situations that he doesn't know. Interculturality, by defending respect for similarities and differences, can be a methodological path for such an experience. The article has as its object of study the propositions that the National Common Curricular Base (BNCC) presents to the artistic-literary field with a view to analyzing those that most privilege an intercultural dialogue as a way of enabling the expansion of the cultural and literary repertoire of the student in process of formation and literary education.

Keywords: Literary education; BNCC; Reader training.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. fernandarayana14@gmail.com;

² Docente permanente da Unidade Acadêmica de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e ensino da Universidade Federal de Campina Grande. martanobregaufcg@gmail.com.

Considerações Iniciais:

A discussão teórica acerca do verbete *Interculturalidade* exige algumas ponderações em torno de outros termos a ele relacionados, a exemplo de *Cultura* e *Multiculturalismo*. Trata-se de uma propositura teórica antropológica necessária para auxiliar na compreensão do desenvolvimento do comportamento social humano ao longo de gerações.

Uma das acepções de cultura consiste no ato ou efeito de cultivar; outra noção remete a criação de certos animais e/ou organismos e espécies microscópicas. Porém a apreciação que mais atende a proposta desse texto considera o vocábulo em questão dentro de um arcabouço antropológico, definindo-o como um processo “complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais, etc., transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade” (FERREIRA, 2010, p. 213).

Terry Eagleton (2005) se deu conta da amplitude que a palavra *Cultura* é capaz de contemplar. Conceito que deriva da natureza, seu significado inicial era *lavoura*, mas passara a adquirir outros significados dissociados da área da agricultura e ganhara novas mutações. Etimologicamente, a raiz latina da palavra *Cultura* é *colere* com o significado de cultivar, habitar e até prestar culto e proteger. De acordo com o autor, *Colere* também originaria por meio da expressão latina *cultus*, o termo culto, percebida em nossa era moderna associada à ideia de divindade e transcendência:

As verdades culturais – seja esta superior ou nas tradições de um povo – são por vezes sagradas, devendo ser protegidas e veneradas. A cultura herda, assim, o imponente manto da autoridade religiosa, mantendo, porém, incômodas afinidades com a ocupação e invasão; e é entre estes dois polos, positivo e negativo, que o conceito se ergue atualmente. (EAGLETON, 2005, p. 12).

Depreende-se que o autor considera que uma das propriedades da cultura é permitir que os homens formulem convenções para legitimar suas ações em comunidades., a cultura também tem a propriedade de favorecer aos indivíduos o estabelecimento de certas convenções voltadas à normalidade das ações. Nessa perspectiva, considera que os indivíduos pertencentes ao mesmo lugar ou que exercem mesma profissão, só começam a fazer cultura quando começam a “compartilhar modos de falar, saber comum, modos de proceder, sistemas de valor, uma alta imagem coletiva”. (EAGLETON, 2005, p. 55).

A partir desse ponto de vista, percebe-se que há um dinamismo constante na formulação de uma cultura, evidentemente provocado pelo diálogo entre culturas, por meio de um processo de interação não excludente, de modo a promover o enriquecimento cultural por meio da diversidade e pluralidade. É neste contexto que surge o pensar e agir multicultural.

Para Santos (2003), a origem do termo multiculturalismo data do início dos anos 80 do século XX, e é muito utilizado no âmbito das ciências humanas e sociais. Nesse campo de abrangência epistemológica, uma abordagem multiculturalista pressupõe uma pluralidade de sentidos e significados que os membros partilham em uma dada sociedade. Não se pode deixar de reconhecer que, segundo o autor, o conceito, também, assume uma postura política, no contexto da globalização, por favorecer a visibilidade da diversidade étnica, linguística e religiosa reivindicatória de reconhecimento das diferenças, visando, sobretudo, a eliminação das desigualdades e superação de preconceitos.

A interculturalidade, por sua vez, assume o propósito de substituir valores que nos foram legados pela cultura dominante, esta que fundamentara as bases de nossa civilização ocidental, presumindo que esta cultura fora a culpada de todo mal que existe em nossa sociedade. Para tanto, assume dimensões de uma educação para paz e a defesa de valores de aspectos mais sociológicos do que filosóficos. O objetivo seria desconstruir as velhas hierarquias, instituições e sistemas normativos tradicionais acusados de promoverem o patriarcado, machismo, intolerância, racismo, homofobia entre outras formas de opressão, para logo mais, estabelecer uma nova sociedade multicultural capaz de reconhecer as diferenças e promover a tolerância, entre as quais, atender aos interesses de imigrantes e grupos identitários marginalizados.

Considerando o papel formador e educador da Escola, sobretudo no que diz respeito à uma educação literária, Colomer considera que

[...] o interesse da formação literária na escola não tem como raiz a transgressão de um discurso estabelecido sobre as obras, mas que a educação literária serve para que as novas gerações incursionem no campo do debate permanente sobre a cultura, na confrontação de como foram construídas e interpretadas as ideias e os valores que a configuram (COLOMER, 2007, p. 29).

Olhando sob esse prisma, não se pode deixar de considerar que o ambiente escolar abre espaço para que a abordagem do texto literário contemple particularidades importantes da história, valores e comportamentos culturais que interferem no contexto atual do aluno, possibilitando, portanto, uma experiência de interculturalidade. Dentro dessa perspectiva,

percebe-se que o contato entre culturas, como objeto de construto de uma educação literária, aponta para a necessidade de análise entre diferenças e semelhanças, que nem sempre são facilmente compreendidas, carecendo de procedimentos metodológicos que possibilitem tal intercâmbio. Nesse sentido, nos perguntamos como a noção de interculturalidade, conforme propõe a BNCC, pode ser um caminho para a constituição de uma educação literária, tendo em vista as diretrizes, os parâmetros e os critérios estabelecidos para a construção da organização curricular e pedagógica aplicáveis no âmbito da Educação Básica Brasileira?

A interculturalidade literária na BNCC

“ a interculturalidade tenta promover relações dialógicas e igualitárias entre pessoas e grupos que pertencem a universos culturais diferentes, trabalhando os conflitos inerentes a esta realidade.” (CANDAU , 2003, p. 19)

A interculturalidade, tomando como ponto de partida a percepção teórica defendida na epígrafe acima, constitui-se uma proposta política etnográfica, que possibilita reflexões em torno da diversidade cultural. Inserida no campo educacional, uma abordagem intercultural constitui-se uma alternativa contra situações de exclusão e de marginalização de culturas ou de quaisquer outras formas de diferença.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é o documento norteador de conteúdos essenciais para fundamentar a Educação Básica brasileira, subsidiando, por meio de conhecimentos, habilidades e competências, a elaboração do currículo escolar dentro das propostas pedagógicas das instituições escolares públicas e privadas.

Na introdução geral ao texto, notadamente na parte destinada a apresentar “Os marcos legais que embasam a BNCC”, tem-se a descrição dos princípios gerais da educação brasileira e para isso toma como base, dentre outros: o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que considera a educação um direito fundamental a ser oferecido de forma compartilhada entre Estado, família e sociedade e o Artigo 210, da carta Magna, que postula a necessidade da elaboração de “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Ainda pode-se ler, na Introdução da BNCC, o respaldo em outro instrumento legal: as Diretrizes Curriculares nacionais (DCN) promulgadas pelo Conselho Nacional de Educação

(CNE), que em 2010, ampliou o conceito de contextualização de componentes curriculares, determinando “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010”. (BRASIL, P. 11). Esse documento direciona os seguintes elementos para a composição de um currículo unificado com:

- base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada que **atenda as especificidades regionais e locais da sociedade, da cultura**, da economia e do próprio aluno (Art. 26);
- planejamento e desenvolvimento orgânico do currículo, superando a organização por disciplinas estanques;
- integração e articulação dos conhecimentos em processo permanente de interdisciplinaridade e contextualização;
- proposta pedagógica elaborada e executada pelos estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seu sistema de ensino;
- participação dos docentes na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino. (grifos nossos, BRASIL, 2013, p. 7)

A partir deste excerto, percebe-se que as DCNs propõem uma Educação Básica que ultrapasse a formação técnica do educando, focalizando, a formação completa do indivíduo, privilegiando o pleno exercício da cidadania, ao propor uma expansão subjetiva, intelectual, cultural e econômica. A esse respeito, o texto faz a seguinte ponderação:

Tendo em vista que a função precípua da educação, de um modo geral, e do Ensino Médio – última etapa da Educação Básica – em particular, vai além da formação profissional, e atinge a construção da cidadania, é preciso oferecer aos nossos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e dotá-los de autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais. (BRASIL, 2013, p. 145)

Em 2017, com a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases e introduziu duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação, a saber:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017)

Dentro dessa estrutura organizacional, a literatura fica situada na área de Linguagens e suas tecnologias, como um dos segmentos do componente curricular Língua Portuguesa. Para esse componente, a base configura uma percepção de língua atrelada aos campos da vivência pessoal, o artístico-literário, práticas de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático e o de interação na vida pública.

Ao tratar especificamente do campo artístico literário, o texto apresenta uma propositura generalizada ao inserir o texto literário no campo das artes, o que pressupõe, portanto, um estudo indissociável das outras linguagens artísticas. De acordo com o Documento, “[...] busca-se a ampliação do contato e a análise mais fundamentada de manifestações culturais e artísticas em geral” (BRASIL, 2018, p. 495), o pressupõe a formação de uma educação literária. De acordo com Leahy-Dios (2004),

A construção de uma educação literária relevante, com uma realização própria percebida por alunos e professoras, envolve a definição de objetivos, métodos e formas de avaliação coerentes com o processo de construção do conhecimento, **utilizando a leitura, análise e interpretação do literário como meio de educar cidadãos**. [...] Aí se insere a necessidade de esclarecer o papel da literatura como espaço de leitura formal no ensino médio brasileiro, assim como as influências que os estudos literários vêm sofrendo em sua história contemporânea. Para reescrever essa história, visando a uma influência politicamente significativa nos tempos atuais, é preciso saber as formas que tomam esses estudos (LEAHY-DIOS, 2004, p. 04 – grifos nossos).

Na expectativa de formular os postulados para uma educação literária, a BNCC apresenta um direcionamento que parece contemplar a especialidade que o texto literário requer, sobretudo, no que diz respeito à formação do leitor. No entanto, ao apontar para diversas vertentes, acaba por generalizar, ampliando as possibilidades de escolha de leituras. Segundo o texto, dentre dessa perspectiva,

Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário e do desenvolvimento da fruição. A análise contextualizada de produções artísticas e dos textos literários, **com destaque para os clássicos**, intensifica-se no Ensino Médio. Gêneros e formas diversas de produções vinculadas à apreciação de obras artísticas e produções culturais (resenhas, vlogs e podcasts literários, culturais etc.) ou a formas de apropriação do texto literário, de produções cinematográficas e teatrais e de outras manifestações artísticas (remediações, paródias, estilizações, videominutos, fanfics etc.) continuam a ser considerados associados a habilidades técnicas e estéticas mais refinadas. A escrita literária, por sua vez, ainda que não seja o foco

central do componente de Língua Portuguesa, também se mostra rica em possibilidades expressivas. Já exercitada no Ensino Fundamental, pode ser ampliada e aprofundada no Ensino Médio, aproveitando o interesse de muitos jovens por manifestações esteticamente organizadas comuns às culturas juvenis (Grifo nosso. BRASIL, 2018, p. 495).

Depreende-se, a partir deste excerto que há, pelo menos, duas preocupações formativas presentes: uma de natureza teórica-analítica, que privilegia a literatura dentro do seu contexto de produção e recepção, inserindo-se, aí, a tipologia de gêneros e o cânone literário; outra voltada para textos que privilegiem as culturas juvenis em seus diversos recursos midiáticos.

Para além desses recursos, descreve-se, também, a contribuição tanto das obras da tradição literária brasileira e a portuguesa, quando as da literatura africana, a afro-brasileira, a da indígena, conforme pode-se ler em:

[...] ao lado da literatura africana, afro-brasileira, indígena e da literatura contemporânea, obras da tradição literária brasileira e de língua portuguesa, de um modo sistematizado em que sejam aprofundadas as relações com os períodos históricos, artísticos e culturais. Essa tradição, em geral, é constituída por textos clássicos que se perfilaram como canônicos – obras que, em sua trajetória até a recepção contemporânea, mantiveram-se reiteradamente legitimadas como elemento expressivo de suas épocas (BRASIL, 2018a, p. 523).

Ainda dentro do campo artístico-literário, encontram-se 9 habilidades que visam direcionar o trabalho com o texto literário. Dentre essas habilidades e competências esperadas para o campo artístico-literário, as que mais se aplicam as proposituras de uma abordagem intercultural de nossa pesquisa são as seguintes:

Habilidades		Principais Competências
EM13LP46	“Compartilhar sentidos construídos na leitura/escuta de textos literários, percebendo diferenças e eventuais tensões entre as formas pessoais e as coletivas de apreensão desses textos, para exercitar o diálogo	“Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e

	cultural e aguçar a perspectiva crítica.” (BRASIL, 2018, p. 525)	(re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.” (BRASIL, 2018, p. 490)
EM13LP50	“Analisar relações intertextuais e interdiscursivas entre obras de diferentes autores e gêneros literários de um mesmo momento histórico e de momentos históricos diversos, explorando os modos como a literatura e as artes em geral se constituem, dialogam e se retroalimentam.” (BRASIL, 2018, p. 525)	Idem
EM13L52	“Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente.” (BRASIL, 2018, p. 526)	“Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.” (BRASIL, 2018, p. 490)

A habilidade EM13LP46 mobiliza a capacidade do educando quanto ao compartilhamento de leituras do texto literário, o que contribui para ampliação de seu repertório tendo como parâmetro o diálogo entre culturas. A habilidade EM13LP50 aponta para uma postura analítica intertextual e interdiscursiva de obras, atentando para o modo dialógico e interdiscursivo entre literatura, contexto histórico e retroalimentação histórica cultural e a EM13L52, prioriza o alargamento do repertório de leitura e capacidade crítica do educando a partir de obras produzidas em países lusófonos e latino-americanos, com destaque, sobretudo, para o modo como os textos em condições de produções diversificadas dialogam com o presente do educando.

Nesse sentido a BNCC reforça que a dimensão de interculturalidade

[...] nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re) construção. Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais. (BRASIL, 2018, p. 245)

Dentro dessa perspectiva, pode-se depreender que há uma proposta que busca promover a interrelação entre os sujeitos que vivem em espaço educacional similar, contribuindo, tanto para desconstruir a visão equivocada de pureza e estaticidade cultural, quanto para o reconhecimento de identidades plurais. Considerando esse aspecto, o texto literário permite ao leitor correlacionar as representações de passagens históricas, valores e comportamentos anteriormente desconhecidos e suas interferências no contexto atual. Assim, a leitura literária pelo viés da interculturalidade proporcionar estabelecer uma relação entre dois mundos - o artístico literário e o mundo dos leitores - em que os valores culturais presentificados no primeiro (inseridos no campo do ficcional) contribuem e interferem na formação de leitores, e por conseguinte na efetivação de uma educação literária.

Considerações finais:

As habilidades e competências postuladas no texto da BNCC para o campo artístico-cultural direcionam a nossa compreensão de que o documento defende a construção de um currículo contendo uma educação literária pautada na formação humanizadora do educando, por considerar o processo emancipatório do sujeito leitor no ato da leitura.

Dos recortes que elegemos da BNCC, inferimos que o documento sugere uma abordagem literária a partir de uma perspectiva interpretativa com enfoque nas transformações socioculturais, atentando para a capacidade crítica do leitor. O desafio maior, para que essa vivência, efetivamente, ocorra em sala de aula, consistirá no processo de mediação do texto literário, por meio de metodologias interativas, daí a importância da interculturalidade.

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CANAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. MOREIRA, Antonio Flávio; CANAU, Vera Maria (Orgs.). 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COLOMER, Tereza. *Andar entre livros*. São Paulo: Global, 2007.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*- 8ª Ed.-Curitiba: Positivo, 2010.

LEAHY-DIOS, Cyana. *Educação literária como metáfora social: desvios e rumos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

SILVA, Fernanda Rayana Barbosa; NÓBREGA, Maria Marta dos Santos Silva. Proposituras de Interculturalidade na BNCC como procedimento para uma Educação Literária. *Id on Line Rev. Psic.*, Fevereiro/2022, vol.16, n.59, p. 203-212, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 13/02/2022;

Aceito 18/02/2022;

Publicado em: 28/02/2022.